



O ESPAÇO GEOGRÁFICO EM ANÁLISE

## Sistema Educacional Italiano e o papel da Geografia na Itália

### *Italian Education System and the role of Geography in Italy*

Saete Kozel Teixeira<sup>1</sup>

Alceli Ribeiro Alves<sup>2</sup>

#### **RESUMO**

O presente artigo consiste em uma análise e reflexão sobre a formação dos geógrafos, professores de geografia e o ensino da Geografia na Itália em diferentes níveis de ensino. O estudo também fornece um análise geral a respeito de como está atualmente situado o ensino da geografia nas escolas médias e universidades italianas. Além disso, procurou-se verificar se existem algumas semelhanças e diferenças entre a Geografia na Itália e aquela praticada nas escolas e universidades brasileiras. A análise dos dados também revelam os principais problemas enfrentados pelos estudantes e Instituições no sistema escolar italiano e as especificidades de uma carreira como Geógrafo ou professor de Geografia na Itália.

**Palavras-chave:** geografia na Itália, escola média e universidade italianas, sistema escolar italiano.

#### **ABSTRACT**

The present article consists of an analysis and a thought on geographers, geography teachers and the geographical education in Italy across different levels. The study also provides a general analysis regarding the present situation of the geographical field within secondary schools and Italian universities. Furthermore, it intends to verify whether there are some resemblances and differences between the Geography in Italy and the one taught in secondary schools and universities in Brazil. The data also reveals the main problems faced by students and Institutions within the Italian education system and the specificities of a career as a Geographer or Geography Teacher in Italy.

**Keywords:** Geography in Italy; Secondary education and Universities in Italy; Educational system in Italy.

---

<sup>1</sup> Departamento de Geografia da UFPR, doutora em Geografia e professora da UFPR. <skozel@ufpr.br>

<sup>2</sup> Formado em Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná, Mestrando em Geografia pela 'Queen Mary University' (University of London). England. <alceli.ribeiro@gmail.com>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe-se a relatar as experiências e pesquisas vivenciadas na cidade de Milano durante o ano de 2007, bem como, o levantamento de dados nas bibliotecas e na sede do Curso de Geografia da “Università degli Studi di Milano” com o objetivo de desvendar um pouco da Geografia praticada na Itália, nos três níveis de ensino, escola fundamental, média e ensino superior, bem com apontar algumas diferenças entre o sistema italiano e o brasileiro. Além de verificar as perspectivas sobre o percurso acadêmico do futuro geógrafo na Itália, seja como pesquisador, professor em universidades, ou ainda em escolas do ensino médio.

### **Bases epistemológicas e consolidação da Geografia como disciplina no sistema escolar italiano.**

O ensino da Geografia na Itália aparece junto com o ensino das outras matérias de cultura, e seus ordenamentos foram inicialmente feitos praticamente no mesmo período em que a Itália consolidava a sua unificação, ou seja, por volta de 1861, e a partir desse período se intensificaram as ações visando unificar também os padrões de ensino nas escolas italianas.

Assim, ao iniciar os trabalhos de pesquisa sobre o importante papel da Geografia na Itália, fez-se necessário inicialmente contextualizá-los no tempo, pois que certamente não seria fácil determinar exatamente quando a geografia passou verdadeiramente a ser chamada de Geografia, seja na Itália, bem como outros países. Da mesma forma, talvez já estivesse sendo feita uma ciência geográfica mesmo sem ter o nome próprio de Geografia.

Dessa forma, iniciando-se com Baldacci (1964, p.469), quando se refere ao primeiro tema da quarta seção do VI Congresso Geográfico Italiano (Veneza, 1907) assim formulado, sobre a oportunidade de ordenar metodicamente os estudos sobre a História da Geografia na Itália e que foi desenvolvido de maneira muito particular por P.L. Rambaldi.

Neste Congresso seria necessário um trabalho inicial de exame das fontes sobre as quais se baseia a Geografia, um procedimento indispensável segundo Rambaldi (1907, p.370), que considera necessário justificá-lo, como segue:

Não que eu sonhe de querer que toda a nossa atividade seja constrangida à monótona, tediosa e também de difícil compilação de catálogos; ou pretenda que a nossa meta deva ser um grandioso fichário rico de despojos exauridos, rico de notas engenhosas; a meta é bem mais alta, temos vontade de nos levantar a ponta dos pés e de tentar o vôo, mas não alcançaremos a meta nunca se não pularmos e alçar o vôo iniciando pelas gavetas monótonas, tediosas, porém indispensáveis.

Essas palavras exprimem a situação da história da geografia italiana no início do século XX, e foram ditas depois que Bertacchi em numerosos congressos, como o de 1904, em Nápoles, em que propôs o voto para que o elenco dos manuscritos das obras geográficas e também aquelas mais raras existentes na imprensa, em todas as bibliotecas italianas, fossem promovidas pela Sociedade Geográfica Italiana.

Segundo Colamonico(1964, p. 7), “por algumas décadas desse período a Geografia aparece como um ensino subordinado à outras disciplinas, e em seguida aparecendo nos programas oficiais, não como geografia, mas como ensinamento distinto, ou seja, o ensino da geografia não era conferido aos docentes com formação específica nessa disciplina.” Deve-se considerar também que, nessa fase, a geografia ainda atravessava um momento de determinação de seu objeto de estudo, seus limites, e também do seu próprio método de pesquisa.

Segundo o mesmo autor os principais problemas didáticos trouxeram notáveis contribuições aos três primeiros congressos geográficos nacionais, nos quais vieram examinados regulamentos disposições e programas em adoção próximo aos diferentes tipos de escolas em que o ensino era praticado, oportunidade em que se revelaram as deficiências e surgiram as primeiras sugestões visando resolvê-las.

Essas sugestões vinham dos órgãos centrais dos Ministérios dos quais dependiam as escolas nas quais a geografia constituia matéria de ensino, ou seja, não só as Direções Gerais do Ministério da Instrução Pública, mas até 1935, também as do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio ou da Economia Nacional.

A instrução elementar, regulada por disposições emanadas pelo Estado era ainda, no início do século XX, confiada aos cuidados das prefeituras (Comunes), que proviam o seu financiamento com fundos das próprias arrecadações. No dia primeiro de Janeiro de 1934, com passagem das escolas elementares à responsabilidade do

Estado, a instrução elementar passou também financeiramente as dependências do Ministério da Instrução Pública.

De acordo com Colamonico(1964, p. 8), o ensino secundário da geografia aparecia distribuído nas escolas dependentes dos dois ministérios anteriormente citados. “O da Instrução Pública, ao qual competia o maior número de escolas, como os Ginásios-Liceus, as escolas complementares e as normais, as escolas técnicas e os institutos técnicos. E o do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio dependiam os institutos profissionais e comerciais.”

Em relação as universidades nem todas eram centralizadas às dependências do Ministério da Instrução Pública, o ensino da geografia, principalmente da geografia econômica, era distribuído também nas escolas superiores de comércio, as quais dependiam do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. As faculdades universitárias com ensinamentos geográficos, sob a responsabilidade do Ministério da Instrução Pública, eram quase que exclusivamente nas Faculdades de Letras, e em parte, nas de Filosofia, Jurisprudência e nos Institutos Orientais.

A geografia física, geralmente em algumas faculdades de Ciências e, com uma posição considerada intermediária entre a instrução de segundo grau e a universitária, os Institutos Superiores de Magistério Feminino, isso até 1923, pois em 1937 esse instituto assumiria o nome de Faculdade de Magistério.

De acordo com o mesmo autor, a reformas realizadas em 1923 acarretaram profundas mudanças no sistema educacional italiano, conforme segue em sua afirmação abaixo:

As sucessivas modificações, trouxeram notáveis variações, seja nos ordenamentos das escolas de grau universitário ou mesmo nos institutos preparatórios a favorecerem o desenvolvimento da geografia, porém, a reforma havia golpeado duramente nossa disciplina quando suprimiu as escolas de magistério, o que causaria uma das mais graves lacunas na deficiente preparação geográfica trazida pelas escolas médias.

Dentro desse contexto, a necessidade de unificar os vários ordenamentos escolares e as tantas disposições didáticas e jurídicas, cada vez mais sentida na medida em que aumentavam o número de escolas, alunos e professores, levou a uma gradual centralização no Ministério da Instrução Pública, chamado entre 1923 e 1944 de Ministério da Educação Nacional, de todos os institutos escolares, em

qualquer ordem e grau, seja em relação à disciplina de estudos, bem como aos funcionários públicos e os controles privados, tal centralização foi concluída em 1936.

Enfim, esse seria o cenário em que a geografia, bem como as disciplinas se encontravam até esse período, mais adiante, será possível compreender algumas das principais mudanças e medidas tomadas pelo governo italiano, até a construção do atual sistema de organização das escolas médias. Porém, ressalta-se a preocupação dos estudiosos de geografia em relação as constantes mudanças ocorridas nos ordenamentos das escolas médias em relação à essa disciplina, o que sem dúvida, afetaria o ensino da geografia em graus mais elevados.

### **A Geografia nas escolas elementares e médias e as relações com o ensino superior.**

Em relação ao ensino nas escolas elementares, até o início do século XX, as instruções apareciam distribuídas em cinco anos, mas em 1905 seria elevado para seis anos, dos quais os últimos dois eram destinados aos alunos que não pretendiam prosseguir seus estudos nas escolas secundárias, optando, ao invés, por fazer um exame especial de admissão.

Com este novo ordenamento as noções geográficas começavam no terceiro ano e tinham o nome de “noções várias”; no terceiro e quarto anos, eram limitadas ao conhecimento de cartas elementares das províncias, das regiões, da Itália e das diversas partes do mundo, com eventuais exercícios de nomenclatura geográfica, enquanto para aqueles alunos que pretendiam concluir seus estudos, no curso elementar, a geografia constituía matéria específica de ensino, e dizia respeito, no quinto ano, ao estudo geral da Europa, dos países mediterrâneos e, em particular, a Itália, para o sexto ano, um estudo sucinto sobre as partes do mundo, completado pela geografia astronômica e das grandes vias de comunicação. (COLAMONICO, 1964, p. 10).

Segundo o mesmo autor “essa situação manteve-se até 1923, ano no qual os ordenamentos escolares foram submetidos a uma radical revisão em todas as ordens da escola italiana, revisão essa que teve o nome de *Riforma Gentil*.” Porém para as escolas elementares foi obra exclusiva de Giuseppe Lombardo Radice, cujos

programas constituíram um feliz retorno às concepções de Gabelli, ou seja, retornava o ensino de cinco anos, sendo que as “noções várias” iniciadas no terceiro ano, vinham acompanhadas no quarto e quinto anos, com horários próprios.

Ressalta-se que, com essa reforma, o estudo geográfico iniciava-se sempre a partir da observação de objetos e fenômenos no local de residência para em seguida passar ao estudo da Itália e depois para os países mais distantes, mas desta vez se insistia sobretudo sobre a utilização e interpretação da carta geográfica, além da eficiência dos passeios escolares e da observação direta do terreno. Dessa forma, Lombardo Radice, favorece a formação mental do aluno na mesma esfera da sua experiência, através da observação daquilo que existe e vive em seu ambiente.

Dentro desse contexto, Radice recomendava aos mestres à valorização dos acontecimentos históricos e das tradições, ou seja, além de analisar as características geográficas da região onde está contida a escola, seria de grande valia analisar também os costumes, a arte, a cultura, valendo-se para isso de um texto auxiliar. No entanto, o uso desse referido texto desaparece já na primeira revisão dos programas em 1934, pela preocupação que viesse dos italianos à tendência regionalista causando prejuízos à unidade nacional.

Por volta da segunda guerra mundial os programas escolares vinham submetidos a sumária revisão, em que todas as matérias deveriam ser consideradas como um corpo unitário, resultado das frequentes reconstruções de endereços e normas vigentes antes do fascismo. Assim, o ensino da geografia estaria submetido à simplificação e pertencendo mais à história do que à geografia, pois que, não é por acaso, que nos programas escolares de 1945, a disciplina aparece com o nome de “História e Geografia”, e dentro de um contexto em que a escola elementar teria como principal trabalho educar o homem e o cidadão.

Pode-se dizer que, se na escola elementar o ensino da geografia era direcionado a guiar o aluno ao reconhecimento do ambiente em que vive para passar gradativamente a uma sumária visão da Itália e do resto do mundo, na escola média a geografia torna-se disciplina fundamental de cultura, com caráter realmente formativo e como ponto de partida à pesquisa e interpretação das relações existentes entre objetos e fenômenos naturais e humanos.

No entanto, deve-se recordar que nas primeiras décadas da unificação italiana, a geografia era representada, tanto na escola média como na escola

elementar, com programas sujeitos a frequentes mudanças e variações, nos números de horas-aula semanais, nos anos de estudo, nas matérias a serem desenvolvidas, até alcançar uma certa harmonia no decorrer do séculos XIX e XX.

Começando com a ordem clássica, o Liceu-Ginásio, era constituído por um curso trienal chamado Ginásio inferior, de um curso bienal com colegamento aos estudos realizados nos Liceus chamado Ginásio Superior, e um curso trienal de estudos especiais chamado de Liceu-Clássico. Segundo Colamonico(1964, p.13), “este é o tipo de Instituto que na Itália tem mais raízes na tradição escolar, que melhor responde a nossa mentalidade humanística(...)e que conduziu à formação da maior parte da classe dirigente italiana.”

Segundo o mesmo autor, depois das oscilações, que também nesse tipo de escola aconteceram, para a nossa disciplina, entre períodos de contração e expansão dos horários e da matéria de estudo, no início do século XX, encontramos o ensino da geografia distribuído, se bem que, com nomes diferentes, em todas as especialidades do Ginásio-Liceu, a saber:

No Ginásio Inferior, com o nome de Geografia, com três horas semanais em qualquer um dos três anos de curso, com o ensino confiado ao professor de matéria literária, no Ginásio superior, com o nome de História e Geografia, também com três horas semanais, aqui também o ensino da geografia era confiado ao professor de matéria literária e no Liceu Clássico com o nome de Geografia Histórica, mas que na verdade era somente ensino de história, em que no terceiro ano aparecia no curso de história natural, com um programa de “noções de geografia física e geologia” e ainda sim confiado a um professor da Faculdade de Ciências.

Para Colamonico (1964, p.14), “os geógrafos desse tempo lamentavam a falta de um curso orgânico, seja de geografia regional ou de geografia geral no Liceu Clássico, e desejavam um professor especializado de geografia para elevar o tom para um efetivo ensino de geografia e retirar dela o *status* de disciplina marginal quando em relação as disciplinas literárias.” Mas os procedimentos posteriores em vez de melhorarem só pioraram ainda mais a situação.

As modificações realizadas em 1923 marcaram um radical renovamento de toda a escola italiana que levou o nome de Reforma Gentil. O autor mencionado aima também ressalta que:

primeiro, foram substituídas no Ginásio Inferior, as noções de geografia geral e cartografia; segundo, limitou o estudo da geografia regional, com exceção dos institutos técnicos, aos cursos de grau inferior, mantendo-as sempre a cargo dos professores de matérias literárias; terceiro, reservou em geral aos Institutos de Grau Superior só a parte da geografia astro-física e finalmente, indicou tal ensinamento a um professor de preparação naturalística, junto com um de ciências naturais e um de química.

Em 1940, vinha instituída a escola média trienal, em substituição não só do ginásio inferior, mas do Instituto Técnico Inferior e do Instituto Magistral Inferior, a inovação, porém, teve vida breve, pois ao término da segunda guerra mundial, a escola média adotou os programas precedentes e horários do Ginásio Inferior, os quais, depois de um longo período de pesquisas, de propostas e de experimentos, só em 1963 se conseguiu substituir normas e programas de uma nova Escola Média, a assim dita, escola média de obrigação.

Os novos programas, enquanto suprimiam os elementos de um procedimento sistemático da geografia geral, estabeleciam para o primeiro ano o estudo das regiões italianas, começando por aquela em que tem sede a escola, seguido de um perfil geográfico do conjunto de toda a Itália, no segundo ano o estudo da Europa, e para o terceiro o estudo dos continentes extra-europeus e, integrado, no final do curso, por sumárias noções de geografia astronômica.

Apesar de haver uma sistematização, Valussi(1983, p.46) dizia que “uma série de leis permissivas sobre a formação e o recrutamento dos professores de escolas médias e também sobre as reformas feitas nos exames de maturidade abaixou o nível de instrução secundária, dessa forma, os estudantes chegam as universidades muito pouco preparados e talvez até desprovidos das bases necessárias para prosseguirem os estudos.”

Dessa forma, a ineficiência nos estudos geográficos nas escolas médias, seja inferiores que superiores, torna-se um fator que impede a busca e a curiosidade à pesquisa científica e geográficas. Assim, torna-se fundamental a necessidade de estabelecer claramente um nível de instrução e especificidade dentro do campo geográfico, mas também articular os conhecimentos a serem ministrados de forma que proporcione a busca e a curiosidade sobre esses conhecimentos, que num nível mais elevado devem ser aprofundados até fazerem parte de objeto de especulação científica.

Considerando uma outra perspectiva, o problema estaria também na grande deficiência nos institutos que formam os futuros professores de geografia para atuarem nas escolas médias e primárias, o que também acontece nos Liceus, devido principalmente à inconsistência dos programas nos Insitutos Magistrais.

De acordo com Colamónico (1964, p.25), “isso seria portanto, a causa principal do escasso conhecimento geográfico do público italiano, apesar do grande prestígio da geografia e o do sempre vivo interesse que as categorias sociais demonstram, também para nós, para os problemas políticos, econômicos e sociais que agitam o mundo atual, e que são fundamentalmente problemas geográficos.”

Os mesmo autor ainda comenta que as conseqüências geradas pela falta de formação própria, sistematizada e adequada dos profissionais de geografia acarretam problemas graves quando na absorção de conhecimentos em graus mais elevados, claramente evidenciado em sua crítica, dizendo que:

é inconcebível que o docente universitário, na explicação de qualquer assunto geográfico, nos frequentes e inúmeráveis exemplos que é obrigado a fazer, para citar, ilustrar ou analisar a distribuição dos objetos e fenômenos sobre a terra, em propôr continuamente soluções aos problemas de crítica ou de método, deva ser constrangido a recuperar todas as vezes as noções elementares da disciplina, partindo talvez, da simples localização de objetos e fenômenos.

Atualmente, cabe também ressaltar a crítica em relação a contrariedade das escolhas ministeriais italianas (que inicialmente deveriam sanar os problemas que afetam um diálogo maior entre Universidade e a Escola média italiana) mas também na forma em que o governo reflete, organiza e implementa a estrutura didática em Geografia. Esta crítica está principalmente vinculada a forma em que as decisões são tomadas sem o devido compromisso e constantemente sem uma profunda análise da importância da atualidade de fenômenos que vem sendo incorporados dentro da análise e estudo de fenômenos geográficos.

A necessidade desta análise ou ainda uma satisfatória análise destes fenômenos para a formulação de novos curriculums or novas propostas dentro do corpo didático em geografia são de fundamental importância para se compreender as novas exigências vivenciadas e impostas pela sociedade em que vivemos. As tentativas anteriores claramente não conseguiram satisfazer estas necessidades, mas nem mesmo as atuais estão sendo efetivas.

Segundo De Vecchis (2010) os fenômenos que vivenciamos diariamente em nossos territórios deveriam fazer parte deste novo repertório dentro da geografia escolar. Ele enfatiza a relevância do próprio conceito de território, pois que neles estão contidos noções e conceitos de cidadania, identidade mas também a integração e confronto da diversidade, o que desdobra ainda mais o conhecimento explorado em geografia através da análise de problemas migratórios, culturais...o que possibilita não somente o uso de novos métodos, representações e/ou mapas mentais para facilitar o entendimento, além do óbvio, do mundo em que vivemos mas também permite usar a potencialidade da geografia como uma importante ferramenta para a prática de boas didáticas.

Esta necessidade de implementação de novas temáticas deveriam ser exploradas dentro do currículo das escolas médias, não somente no sistema italiano, pois elas fortaleceriam a elaboração da opinião crítica dos estudantes. Por exemplo, Pellegrini (2005) sugere a importância do uso de teorias e estruturas oferecidas pela geografia cultural, as quais se baseiam também no estudo das nossas percepções em relação a aquilo que está ao nosso redor, o que inclui a exploração do conhecimento cognitivo e a interpretação de significados.

O trabalho de Pellegrini (2005) contribui muito neste aspecto pois estudantes teriam a oportunidade de usar as mesmas estruturas e teorias para compreender as relações de poder e subordinação dentro das próprias comunidades ou governos locais mas também para adquirir este conhecimento e usá-lo na compreensão de fenômenos mais complexos, como os problemas geopolíticos entre as nações. A lista de temáticas que poderiam ser incluídas e ampliadas são inumeráveis, porém, com a redução ou eliminação do uso da geografia, como ferramenta para entender estes problemas, torna-se praticamente impossível dar um passo progressivo dentro das linhas de pensamento atualmente sugeridas e implementadas dentro dos sistemas secundários.

Dentro desta perspectiva, De Vecchis (2010), menciona que a Geografia vem sendo penalizada por sucessivas experimentações, correntemente em ato, e encontra-se praticamente desaparecida nos Institutos Profissionais e Técnicos e ainda reduzida e associada a História Antiga nos dois primeiros anos do Liceo. Segundo o mesmo autor, a partir deste cenário é que foi estipulado um apelo que em pouquíssimos dias envolveu a assinatura de mais de 30.000 pessoas, incluindo

desde donas de casa, estudantes, acadêmicos até profissionais das mais diversas áreas que demonstraram o seu interesse pela geografia.

Respostas como estas, De Vecchis menciona, meritam uma análise profunda por parte dos geógrafos mas deveriam refletir também nas Instituições político-administrativas da escola, principalmente considerando as pressões que favoreceram o declínio do reconhecimento da importância do ensino da geografia na Itália, principalmente nos campos da pesquisa e didática.

### **Ordenamento atual das escolas médias italianas.**

De acordo com o artigo 34 da Constituição da República Italiana(2006), “a escola é aberta a todos, sendo que a instrução inferior, distribuída por pelo menos oito anos, é obrigatória e gratuita e os capazes e merecedores, mesmo que desprovidos dos meios, têm o direito de alcançar os graus mais altos dos estudos.”

De acordo com a mesma lei, o percurso formativo dos alunos nas escolas italianas inicia-se com a escola materna, geralmente aos 3 anos e com duração também de três, em seguida, com o ensino elementar que é de cinco anos, seguido da escola média, que sofre uma divisão, sendo considerada escola média inferior e escola média superior, ou somente, escola superior, em que, na média inferior dura três anos e a superior outros cinco anos.

Dessa forma, a escola italiana possui os chamados ciclos escolares, em que, dos 3 aos 5 anos os alunos são inseridos na chamada escola materna, dos 6 aos 10 nas escolas elementares, dos 11 aos 13 nas escolas médias inferiores, dos 14 aos 18 nas escolas médias superiores e dos 19 em diante podendo ser nas Universidades, Academias ou nos I.F.T.S(Institutos de Formação Técnica Superior). Em relação ao sistema escolar brasileiro poderia ser um ano a mais de estudo, porém são dois sistemas diferentes e, portanto, com características diversas, pois que a formação na escola média superior italiana permite também a formação inicial dos alunos em determinadas profissões.

O ciclo das escolas elementares não é o principal objetivo desta análise, mas devem ser entendidos no Brasil, como um ensino que vai do primeiro ano primário a quinta série, que juntamente com a escola média, formam os chamados estudos a ciclos únicos. O que se faz importante mencionar aqui é o art 4º e 5º do decreto-lei

n.137, publicado pela “*Gazzetta Ufficiale*” (2008 n. 204), que se referem respectivamente, a adoção de professor único e o uso de livro válido e invariável pelo período fixo de cinco anos.

Redirecionando o foco, como já fora dito, o interesse maior estaria nas escolas médias e no curso superior, sendo importante ressaltar ainda que as escolas médias inferiores e as escolas médias superiores seriam, no Brasil, as escolas de ensino fundamental e as escolas de ensino médio, respectivamente.

Os ciclos das escolas médias superiores se dividem em, Liceu Clássico, Liceu Científico, Liceu Linguístico, Liceu Artístico, Instituto Magistral, Instituto de Arte, Instituto Técnico e Instituto Profissional, todos, com exceção desse último, são de 5 anos de formação. Nos Institutos Profissionais a conclusão do terceiro ano de estudo permite ao estudante a aquisição de um diploma que pode inseri-lo no contexto produtivo (por isso é considerado ano conclusivo), mas na verdade a maioria dos estudantes continuam os estudos no quarto e quinto ano.

Depois de concluído esse percurso formativo, existe ainda o Exame de Estado, previsto também pela Constituição Italiana, que seria um exame a nível nacional, em que as notas obtidas nesse exame também serve como um dos requisitos para a obtenção de bons cargos no mercado de trabalho italiano. De acordo com o art. 33 da Constituição da República Italiana é previsto um Exame de Estado para a admissão às várias ordens e graus de escola ou para a conclusão destes e para a habilitação ao exercício profissional.

De acordo com a lei de 11 de Janeiro de 2007, este exame vêm sofrendo algumas modificações, mas de qualquer forma, cabe ressaltar que o Exame de Estado, além de concluir os cursos de estudo na instrução secundária, é também uma passagem muito importante na vida dos estudantes italianos, pois que para alguns significa o término dos estudos nos bancos escolares e o respectivo ingresso no mercado de trabalho e, para outros, o início de um novo percurso, o dos estudos pós-secundários e/ou universitários.

Para uma análise mais estatística sobre a escola média italiana são também de grande valia as informações contidas no “site” do Ministério da Educação Italiano. De acordo a figura 1 abaixo, percebe-se uma ligeira diminuição, ao menos nos últimos anos, no número de matrículas na Comune de Milano em diferentes cursos de estudo.

Anno scolastico	Istituti professionali	Istituti Tecnici	Licei Scient. Class. Ling.	Magistrali artistici Altro	Totale	Indice
1988-1989	20.809	39.696	31.919	9.990	102414	100
1989-1990	19.821	37.344	31.401	11.377	99.943	98
1990-1991	19.057	34.955	29.765	10.890	94.667	92
1991-1992	19.056	32.137	28.542	10580	90.315	88
1992-1993	17.921	31.004	27.321	9.578	85.824	84
1993-1994	17.268	27.916	25.957	9.207	80.348	78
1994-1995	16.302	24.401	23.776	9.174	73.653	72
1995-1996	15.283	23.142	22.539	9.534	70.498	69
1996-1997	14.386	24.327	23.759	6.817	69.289	68
1997-1998	12.825	22.274	23.209	6.733	65.081	64
1998-1999	12.093	21.252	22.862	6.937	63.144	62
1999-2000	11.529	21.519	22.152	6.898	62.098	61
2000-2001	12.176	20.627	21.232	6.696	60.731	59
2001-2002	12.270	20.098	21.482	6.960	60.830	59
2002-2003	12.791	19.754	21.246.	7.090	60881	59
2003-2004	13.027	19.950	21.619	7.681	62.277	60
2004-2005	12.517	18.982	22.361	7.829	61.689	60

- Fonte: rilevazione M.I.U.R.

Figura 1: número de matrículas e distribuição nos respectivos endereços de estudo.

Cabe também ressaltar que é crescente o número de famílias advindas de países estrangeiros dentro da Comune de Milano, o reflexo disso pode ser representado pela quantidade de alunos matriculados no ano escolar 1999-2000, conforme dados do setor de estatística da Comune de Milano, representados na figura 2.

Indirizzo degli studi	UE	Europa Orientale e Altri Paesi d'Europa	Africa	America del Nord	America Centrale e del Sud	Asia Minore e Asia	Totale
Istit. Professionale	7	58	105	0	265	162	597
Agrario	0	0	0	0	0	0	0
Industriale	2	9	51	0	73	25	160
Per Servizi Comm. Sociali	5	40	43	0	178	110	376
Per servizi Alberghieri	0	9	11	0	14	27	61
Istituto Tecnico	17	52	78	5	161	128	441
Industriale	5	18	29	0	64	38	154
Comm. Le Geom. P. Aziendali	7	21	27	1	51	66	173
Per il turismo	3	6	21	3	29	19	81
altro	2	7	1	1	17	5	33
Ex Scuola Magistrale	0	0	2	0	2	0	4
Ex Istituto Magistrale	5	7	11	1	9	5	38
Liceo Scientifico	9	36	15	4	37	37	138
Liceo Classico	6	6	1	3	4	2	20
Liceo Linguistico	2	8	7	-	8	10	35
Istituto d'Arte	0	0	0	0	0	0	0
Liceo Artistico	2	11	2	3	13	15	46
<b>Totale</b>	<b>48</b>	<b>178</b>	<b>221</b>	<b>16</b>	<b>499</b>	<b>357</b>	<b>1.319</b>

- Fonte: rilevazione M.I.U.R.

Figura 2: alunos estrangeiros matriculados no ano escolar 1999-2000.

Em relação aos dados de 2004/2005 referentes aos endereços de estudos mais procurados, as unidades escolares, classes e alunos da Província de Milano, podem ser acompanhadas na figura 3.

Indirizzo degli studi	Unità scolastiche	Classi	Alunni Totale MF	Di cui femmine	% femmine su totale
Istituto Professionale Industriale	26	617	12.517	6.342	50,67
Per Servizi Commerciali Sociali	10	136	2.336	231	9,89
Altro	12	339	7.077	5.058	71,47
	04	142	3.104	1.053	33,92
Istituto Tecnico Industriale	48	936	18.982	6.528	34,39
Comm. Le Geometri P. Aziendali	16	431	9.043	1.236	13,67
Per il turismo	25	345	6.563	2.725	41,52
altro	04	109	2.345	1.976	84,26
	03	51	1.031	591	57,32
Ex Scuola- Istituto Magistrale	08	193	4.289	3.596	83,84
Liceo Scientifico	41	654	13.972	5.999	42,94
Liceo Classico	22	333	7.106	4.576	64,4
Liceo Linguistico	09	79	1.283	1.054	82,15
Istituto d'Arte	02	10	93	54	58,06
Liceo Artistico-Musicale	08	163	3.447	2.386	69,22
<b>Totale</b>	<b>164</b>	<b>2.985</b>	<b>61.689</b>	<b>30.535</b>	<b>49,5</b>

Fig.3: unidades escolares, classes e alunos da Província de Milano, dados do ano escolar 2004/2005.

Recentemente a “Riforma Gelmini,” reforma esta gerida pela ministra da Instrução e da Universidade Italiana Mariastella Gelmini, vem estabelecendo novas medidas para os próximos anos e novas regras estão em pauta para serem iniciadas como experimentação em 2009, mas com início efetivo a partir de 2010.

Dentre as novas regras tem-se a polêmica decisão de se estabelecer um teto máximo de 30% de alunos estrangeiros dentro das salas de aula. De acordo com a ministra Gelmini quando não se estabelece um limite as classes passam a ter uma quantidade muito grande de estudantes estrangeiros, o que geram as chamadas classes-gueto e conseqüentemente, não permite a integração e o equilíbrio dentro das salas de aula. Contraditoriamente, a opinião pública, bem como boa parcela dos estudantes considera ser esta medida racista por si mesma.

A nova medida mencionada acima, bem como outras que também são citadas neste artigo, vem ainda sendo contestada por boa parte dos estudantes e dos

cidadãos italianos, conforme observado nos protestos de setembro e outubro de 2008 ocorridos em várias cidades e regiões da Itália e repercutidos em quase todos os jornais deste país.

De acordo com o art 1º do decreto-lei n.137, publicado pela “*Gazzetta Ufficiale*” (2008 n. 204) entrará em vigor também a adoção da disciplina de “*Cittadinanza e Costituzione*” esquecida seja pelo sistema educacional brasileiro que Italiano. Tal disciplina, será mais vinculada ao âmbito das áreas histórico-geográficas e histórico-sociais e será incorporada novamente ao curriculum escolar italiano e visa resgatar os princípios fundamentais de cidadania; os valores tradicionais e o respeito aos direitos e deveres, bem como, aos símbolos nacionais e conseqüentemente, estimular o amor a pátria, o que contribui para a construção de uma sociedade cada vez mais justa, intelectualizada e atenta aos problemas do país.

### **A carreira de professor e o ensino de geografia na escola média italiana**

Em relação a carreira de professor, pode se dizer que o percurso formativo é ainda mais longo em relação ao sistema brasileiro, mas as possibilidades de lecionar é relativamente maior, devido às várias divisões de ensino dentro do sistema italiano. Mas cabe salientar que, não só no que se refere o ensino da geografia, mas em toda a escola média italiana, existe o chamado inchaço da máquina administrativa, e por isso, muitos professores aguardam há anos a nomeação em suas cátedras e, não raramente, isso ocorre quando o professor já possui uma idade um pouco mais avançada.

Atualmente para ensinar geografia na Itália, são necessários, como não poderia deixar de ser, requisitos muito diversos do sistema brasileiro, além do que dentro da própria Itália existem critérios diferentes de editais para editais, ou seja, a região autônoma de Valle d’Aosta, por exemplo, exige para a formação de seus professores nas escolas médias a aprovação em concurso, em que, a prova escrita seja em língua italiana e a prova oral em língua francesa.

Em geral existe um padrão de formação, mas devido a algumas particularidades tais requisitos podem variar de escola para escola, cabendo ressaltar que aqui o termo escola está relacionada a escola de formação e

especialização de professores, assim, os professores são admitidos nas escolas médias através das escolas de especialização, que possui a duração de 3 anos.

Essas escolas abrem editais em que são requisitos de acesso as graduações(laureas) de acordo com a lei 341/1990, que dizem respeito as graduações pertencentes ao velho ordenamento; as graduações “specialistiche” ou “magistrali”, de acordo com os DD.MM. 509/1999, seriam as graduações mais novas, aquelas que são feitas depois das graduações trienais, e que teriam a duração de dois anos, além é claro das específicas condições de acesso por disciplina em classes de concurso, que são baseadas nos DD.MM. 39/1998, 354/1998 e 22/2005.

As graduações do velho ordenamento, as novas graduações e suas respectivas leis, serão assuntos explorados mais adiante. Neste momento, faz-se necessário saber sobre os DD.MM. 39/1998, 354/1998 e 22/2005, que determinam quem pode ensinar cada disciplina na escola média e em que classe de pertinência.

Tais DD.MM.(Decretos Ministeriais) afirmam que para ensinar italiano, história e geografia nas escolas médias inferiores, precisa ser graduado em letras ou em história, em condição que compreenda: 1 exame de gramática italiana ou linguística italiana ou ainda de história da língua italiana, 1 exame de literatura italiana, 1 de linguística geral ou glotologia ou ainda sócio-linguística, 1 exame que pode ser de literatura latina, língua latina, filologia latina, gramática latina, história da língua latina ou didática do latim, 2 exames de história(que pode ser grega, romana, medieval, moderna ou contemporânea) e 1 exame de geografia ou de geografia humana.

Nos referidos decretos também especifica que para se ensinar geografia, somente geografia, é necessária uma graduação em letras, em condição que compreenda: 2 exames de geografia, 1 exame de geografia política e econômica(ativado na faculdade de economia), e 1 exame de geografia humana, mas em geral, a geografia na escola média è ministrada pelos professores de letras.

Dessa forma, percebe-se o quanto são diferentes os sistemas brasileiro e italiano, sobretudo pelos pré-requisitos, pela formação, e principalmente pelo caráter de especificidade, porque no sistema italiano a geografia ainda não alcançou o “status” que merece a nível de disciplina básica de conhecimento, e tal falta de percepção se reflete também nos cursos superiores de geografia.

O ensino da Geografia na Itália, mas também em algumas escolas brasileiras, está vinculado a falta de especialidade dos que lecionam Geografia, justamente por não terem formação adequada e direcionada à Geografia, pois ainda há uma grande parcela de professores que lecionam geografia e não tem formação nessa disciplina, mas sim em Letras, Filosofia, história ou, como no sistema italiano, são professores de matérias literárias, e sobretudo, porque cada área do conhecimento tem suas especificidades, sendo impossível para qualquer professor contemplar, de forma satisfatória, os conhecimentos básicos necessários ao campo das demais disciplinas.

Um outro fator de fundamental importância aos professores diz respeito também ao grau de comprometimento, de vínculo e de satisfação quando na busca do desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos. Dentro desta perspectiva, ALVES (2005) ressalta que esta profissão, exige constante atualização, tempo e dedicação em que, acima de tudo, deve estar o interesse em querer ser professor, gostar da vivência em sala de aula e sentir-se útil na formação de seus alunos, pois caso contrário, estaremos com profissionais licenciados, desmotivados e sem interesse algum em produzir conhecimento.

Em relação aos conteúdos na escola média inferior e de acordo com o “Decreto del Ministero della Publica Istruzione” n. 547/99, o ensino da geografia se inicia, no primeiro ano, com o estudo da Itália em relação ao contexto europeu e as regiões italianas, no segundo ano, destacam-se os estudos sobre a Europa e as regiões européias e, no terceiro, o mundo e as regiões do mundo. Da mesma forma, há uma tendência em concentrar os estudos relativos aos países pertencentes à União Européia, visto que a Itália faz parte desse bloco econômico mas também do G8.

Na escola média superior a geografia aparece nos chamados endereços de estudos como os Liceus, e é disciplina de ensino dentro da perspectiva do Liceu na qual está inserida, podendo durar geralmente um ano dentro dos cinco anos em que tem duração o Liceu. De acordo com os programas ministeriais do “Liceo Scientifico” na primeira classe a disciplina de geografia deve compreender um ano os conteúdos da quarta e quinta ginásial e retorna na quinta classe com conhecimentos de geografia geral.

No Liceu Científico AMALDI, na cidade de Bitetto, Província de Bari, ao menos até o ano de 1999 a geografia era estudada no quinto ano e chamava-se geografia astronômica e poderia ser a cargo de um professor de biologia. No entanto, se um aluno faz o Instituto Técnico ou profissional ela pode figurar como disciplina ligada aos conhecimentos turísticos ou mais ao nível de comércio e economia, ou seja, dependendo da especialização em que se busca em cada endereço de estudo, a geografia terá um padrão direcionado aos conhecimentos necessários dentro destes diversos endereços de estudo.

Pode-se ressaltar que as características acima expostas ocorrem em relação a geografia na escola média superior, pois que na escola média inferior a geografia italiana se caracteriza em privilegiar sobretudo os estudos locais, baseado nos conhecimentos das regiões italianas, suas principais belezas, paisagens, arquitetura e cultura locais, não somente para o conhecimento dessas regiões, mas tendo como consciência a importância de aguçar a paixão pelo território nacional e o desenvolvimento da atração turística.

### **A Geografia, a formação do Geógrafo e os paradigmas nas universidades italianas.**

A formação do geógrafo na Itália se dá inicialmente com a conclusão da escola média superior e, em seguida, com a conclusão da graduação de três anos (Laurea Triennale), mas para quem quer se especializar na carreira acadêmica deve fazer uma nova graduação chamada de laurea “magistrale” ou “specialistica” (com duração de dois anos). Com a conclusão desta última tem-se os requisitos básicos para concorrer aos concursos no “Dottorato di Ricerca”, que seriam de mais três anos.

Cabe ressaltar que antes da reforma universitária italiana, a formação no ensino superior italiano, baseado no velho ordenamento, era semelhante ao sistema brasileiro, mas como a Itália pertence aos países da União Européia acabou adotando alguns critérios padrões, objetivando diminuir o tempo de formação de seus estudantes e a conseqüente desistência no decorrer do curso, além é claro, de facilitar o intercâmbio de estudantes nas universidades européias.

Os alunos graduados na “laurea triennale” podem optar por fazer um master de primeiro nível (com duração de 1 ano e valor de 60 créditos), os que já possuem a “laurea magistrale ou specialistica” podem optar por fazer um master de segundo nível, e em ambos os casos é também possível fazer uma escola de especialização, que na Itália permite a formação específica dos graduados em uma determinada profissão. No caso da Geografia, após a conclusão da “Laurea Magistrale ou Specialistica” pode-se realizar concurso para as escolas de especialização e formação de professores do ensino secundário.

De qualquer forma, cabe ao futuro profissional, uma análise mais profunda e criteriosa para conhecer sua própria área de conhecimento e os caminhos que levam a sua especialização, pois que na Itália existe uma enormidade de cursos a serem escolhidos e seguidos, e em grande maioria, sem a necessidade de prestar concursos vestibulares. As aulas são geralmente ministradas em grandes auditórios e as dúvidas dos alunos podem ser solucionadas via internet ou com “appuntamento” (hora marcada), o que para alguns professores e alunos diminui a qualidade de ensino dentro das universidades.

De acordo com Valussi (1983, p.47), a universidade italiana se transformou em uma instituição de massa, na qual se perderam as tradicionais relações entre professor e aluno, relações essas que eram possíveis quando cada professor tinha um número limitado de alunos, o que tornava possível conhecê-los e acompanhá-los em seus estudos. Assim, os estudantes vão se dispersando graças a não obrigatoriedade de frequência, o que torna cada vez mais difícil um discurso contínuo e dialogado.

De acordo com o mesmo autor, outros fatores também tem prejudicado o ensino nas universidades, dentre os quais, o aumento nos pedidos e apelos para a realização de exames, em todos os meses do ano, e os programas diferenciados dos cursos de geografia dentro das universidades.

O primeiro fator seria o responsável por transformar a universidade não mais no lugar onde existem as aulas e o aprendizado, mas sim, no lugar dos exames, uma espécie de examinatório a ciclo contínuo, onde, na primeira ou no máximo na segunda tentativa, todos são promovidos. E em relação aos programas, mesmo que sejam no âmbito de um mesmo curso de graduação, são tão heterogêneos de uma universidade à outra ao ponto de colocar em dúvida a existência de um denominador

comum, além de demonstrar a falta de preocupação quanto aos endereços culturais da faculdade e dos interesses profissionais dos estudantes.

Em relação as principais tendências epistemológicas dos cursos superiores de Geografia, dentro das Universidades Italianas, faz-se necessário considerar o principal objetivo na formação dos novos Geógrafos na Itália. De certa forma, os valores ligados a Geografia Humana estão muito conectadas neste percurso formativo nos principais centros urbanos italianos, e de grande valia deve-se analisar a ênfase aos estudos sobre o ambiente, território e a paisagem, diferenciando em alguns poucos aspectos mas seguindo uma tendência nos principais departamentos das universidades, como a Universidade de Estudos de Milão; “La Sapienza” em roma; ou ainda a estatal de Firenze.

Em síntese, a disciplina geográfica é também matéria de ensino universitário, salvo algumas modificações, na faculdade de Letras, com o nome de geografia, na Faculdade de Ciências, na faculdade de ciências geológicas, na Faculdade de Economia e Comércio, com o nome de geografia econômica, nas Faculdades de Magistério, na Faculdade de Jurisprudência, para a Laurea de Ciências Políticas; nas Faculdades de Ciências Políticas, com o nome de Geografia Política e Econômica, na Faculdade de Ciências Políticas de Roma, com o nome de Geografia Econômica, como ensino complementar; além dos Institutos Orientais e do Intituto Universitário Naval.

A Itália possui muitos cursos de geografia espalhados por seu território, tanto nas estatais como nas particulares, embora não tenham propriamente o nome de geografia mas que pertencem a classe da ciência geográfica. Dentre as principais universidades estatais, e as respectivas denominações destacam-se: à “Università degli studi di Bologna,” como Ciência Geográfica, a “Università degli studi di Firenze,” como Geografia Humana e Organização do Território, a “Università degli studi di Genova,” como Ciência Geográfica Aplicada: território, ambiente, turismo, a “Università degli studi di Milano,” com Ciências humanas do ambiente, do território e da paisagem, a Università degli studi di Padova, como Geografia dos Processos Territoriais, a “Università degli studi di Roma,” com o nome de Geografia, a “Università degli studi di Torino,” com o nome de Ciências Geográficas e Territoriais, etc...

Essas universidades podem ser consideradas tradicionais, mas não obrigatoriamente as melhores, pois cada universidade possui características diferentes, e programas direcionados não só a formação de geógrafos para o mercado de trabalho italiano, mas também para a região em que tem sede a universidade. Nas universidades italianas é possível encontrar cursos direcionados às necessidades de cada região da Itália, não só à nível de pesquisa, mas também para garantir o desenvolvimento dos trabalhos a serem realizados, fazendo uso de mão de obra qualificada dentro da própria região.

De fato, basta verificar, os sites das Universidades, como o da própria “Università degli Studi di Bari”, que tem o curso destinado, entre outros objetivos, ao de analisar os constantes movimentos migratórios dessa região, seja pela entrada de estrangeiros, vindos de vários países, principalmente da África e da Bósnia Herzegovina, mas também da própria emigração de italianos. A Università degli Studi di Roma “La Sapienza” que possui o “Dottorato di Ricerca” com ênfase em geografia econômica, na mesma Universidade existe também a “laurea specialistica” com formação destinada a preencher os vários cargos ligados a área do turismo, assim com a “Università degli Studi di Milano”, que possui o mesmo curso.

E em relação a esse aspecto, cabe ressaltar ainda a atual ocupação dos geógrafos no mercado de trabalho italiano, pois grande parte desses ocupam cargos ou funções, seja de direção, chefia ou mesmo de execução, tanto nos órgãos públicos como nos privados. De acordo com os esboços profissionais estipulados pelas Universidades de Roma e de Milão, os graduados poderão exercer funções de elevada responsabilidade na direção de centros de pesquisa, nas instituições estatais, regionais, provinciais, nas prefeituras, nas instituições que trabalham com o planejamento territorial e, entre muitas outras, na difusão da informação das culturas turísticas e ambientais, além de desempenharem funções em museus e na área de hotelaria.

O turismo é uma das principais fontes de atração, entretenimento e arrecadação da Itália, mas é também uma das áreas que privilegiam os geógrafos e estudantes de geografia, pois que podem exercer também as funções de guia turístico e de programador turístico.

O guia turístico exercer funções nos mais variados tipos de turismo, ou seja, turismo local, ambiental, paisagístico, cultural, religioso, sendo necessário ao menos

o conhecimento de mais de uma língua da União Européia, de preferência o inglês, e o programador turístico, possui funções como, organizar os itinerários turísticos, congressos e outros eventos, além de selecionar os aspectos mais interessantes e atraentes dos ambientes físicos e humanos para propôr aos usuários, levando em consideração as limitações e os riscos existentes nos locais de visita e das margens necessárias de renda econômica.

Em relação aos avanços e o atual desenvolvimento das Universidades públicas italianas, cabe sem dúvida ressaltar as recentes modificações também sofridas com a implementação da “Riforma Gelmini.”

Inicialmente, torna-se necessário compreender o que diz o decreto-lei n.112/08 em seu artigo 16, no que se refere a constituição Italiana e como o governo italiano vem articulando as citadas modificações, conforme segue:

Em atuação do artigo 33 da constituição, no que diz respeito as leis vigentes e da autonomia didática, científica, organizativa e financeira, as Universidades públicas podem decidir a transformação em fundação de direito privado. A decisão de transformação é adotada pelo senado acadêmico em maioria absoluta e é aprovada com decreto do Ministro da Instrução, da Universidade e da Pesquisa, de acordo com o Ministro da Economia e das Finanças. A transformação inicia-se a partir do dia 1º de janeiro do ano sucessivo a aquele de aprovação da decisão.

O decreto-lei acima já foi ratificado pela Lei n. 133/08 e desta vez chamou a atenção de professores, alunos e de cidadãos mais atentos ao que se refere ao futuro da Universidade Pública Italiana e do próprio papel do ensino na Itália. A ratificação da lei desencadeou protestos, de acordo com a (foto 1), nos principais centros urbanos por toda a Itália, principalmente nos meses de setembro e outubro de 2008 e em alguns casos os protestos tiveram repercussão mais acentuada e atos de extrema revolta e violência.



Foto 1: Estudantes em manifestação devidos ao corte de verba nas Universidades Italianas.

Para muitos trata-se de uma reforma mais econômica do que didática, constringendo as instituições públicas a privatizar-se. Com a passagem a fundação privada as Universidades Italianas poderão, e devido a falta de verba certamente deverão, pedir qualquer cifra aos estudantes, sem estabelecer nenhum teto pré - fixado. Além disso, tais medidas incluem o corte de docentes e pessoal administrativo.

Ainda em relação as mesmas modificações no ensino superior, a Lei n. 133/08 prevê também a redução de investimentos para as universidades públicas na ordem de 1% (63.5 million euros) para o ano de 2009, 90 million para o ano de 2010, aumentando gradativamente durante os próximos anos até alcançar a cota de 7.8% (455 million euros) em 2013, totalizando aproximadamente 1441.5 million euros a menos em 2013.

Neste sentido, os mais radicais diriam que as Universidades Públicas, transformadas em privadas, não serviriam mais para a formação de cidadãos intelectualizados, críticos e atentos aos problemas do país, mas sim, teriam a função de realizar um papel mais delineado e direcionado por determinados grupos e agentes políticos, ao invés de cumprir com o caráter educativo e formativo que tradicionalmente deveria exercer por excelência.

Analisando-se os protestos ocorridos em setembro e outubro de 2008, em várias regiões da Itália, verificou-se a crítica ao descompromisso com a educação e

o foco dado pelas autoridades Italianas ao interesse político-partidário, sendo esses os mais fortes motivos de descontentamento em relação a *Riforma Gelmini*, no que diz respeito a formação de Ensino Superior.

Seguindo essa tendência, as novas universidades privadas teriam independente processos de admissão e de aprovação, para aqueles que, naturalmente, possuam condições de pagar por essas universidades, e ainda, levando a situação a níveis mais drásticos tais instituições poderiam ser usadas como centros de desmotivação ao interesse público em acompanhar os atos políticos e administrativos daqueles que guiam o país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração desse trabalho de pesquisa foi de grande valia para o reconhecimento da geografia italiana, no sentido de desvendar um pouco mais sobre os sistema escolar italiano, desmitificá-lo e mesmo para se compreender os atuais paradigmas e tendências dentro das instituições de ensino italianas. Dessa forma, foi possível formular alguns conceitos, analisar determinados padrões de ensino, mas principalmente por ter proporcionado a aquisição de maior enriquecimento e informação a respeito do sistema educacional italiano.

No entanto, ratifica-se a importância e necessidade de adequação e fortalecimento da escola média italiana e conseqüentemente melhor fundamentação teórica e especialização dos professores na área de geografia dentro dos respectivos liceus. Problemas esses que também são encontrados no sistema escolar brasileiro, além é claro de uma maior participação e envolvimento dos governos, principalmente a nível estadual e federal, em contratar pessoal efetivo, com formação adequada e em números suficientes visando suprir as demandas, sejam quantitativas bem como qualitativas.

Nesse sentido o aluno deve analisar profundamente suas intenções quando objetivando realizar seus estudos na Itália, pois que é fundamental o conhecimento sobre o curso em que se tem interesse de realizar, considerando as possibilidades de convalidação, adequação, mas também após a formação, pois que um estudo feito na Itália, seja uma *laurea* ou um *master* têm características específicas, mesmo

sabendo que a Itália é atraente e esteja inserida dentro do contexto da União Européia.

Ressalta-se ainda que o resultado do trabalho foi positivo e que nos faz reconhecer o atual “status” alcançado pela geografia, pois que em termos gerais, na Itália ela vem passando por um processo de enriquecimento cultural bastante elevado e com várias aberturas em termos de discussão teórica e ocupação dos geógrafos em várias áreas do mercado, principalmente na área do turismo, área em que, sem dúvida encontra no geógrafo um dos profissionais mais adequados para a contemplação e execução desses trabalhos, mas também a nível acadêmico visando promover a valorização profissional dos geógrafos nas instituições italianas.

Da mesma forma, não pretendeu-se aqui fazer apenas críticas ao sistemas educacionais italiano e brasileiro, mas sim apontar as diferenças e qualidades entre ambos buscando cada vez mais elevar o nível de nossos futuros geógrafos e enriquecer ainda mais o caráter de especificidade da geografia.

## REFERÊNCIAS

ALVES, A. R. **O uso da charge e o ensino da Geografia: geografia acadêmica e sua integração a geografia escolar.** In: X Encontro Paranaense de Estudantes de Geografia, 2005, Curitiba. Anais do X EPEG, 2005.

BALDACCI, O. **Storia della Geografia.** In: *Memorie della Società Geografica Italiana: Un Sessantennio di Ricerca Geográfica Italiana.* Roma, 1964, 621p.

BERTACCHI, C. **La Geografia nella Scienza, nella Scuola e nella Vita sociale.** *Bollettino della Società Geografica Italiana.* Roma, pp. 895-920, 1913.

CALIFANO, L. **Costituzione della Repubblica Italiana.** 4<sup>o</sup> ed. Maggioli Editore, 2006. 105p.

COLAMONICO, C. **O Ensino da Geografia.** In: *Memorie della Società Geografica Italiana: Un Sessantennio di Ricerca Geográfica Italiana.* Roma, 1964, 621p.

COMUNE DE MILANO. **Estatística de instrução 1999-2000.** Sistema Estatístico Nacional: Setor de Estatística.

CORRIERE DELLA SERA. **Riforma Gelmini.** Sobre o teto a ser estabelecido aos alunos estrangeiros e a redução no número de cursos superiores oferecidos. Disponível

em:<[http://www.corriere.it/politica/09\\_marzo\\_19/gelmini\\_corsi\\_pensionamenti\\_dc0d4a44-1475-11de-9dd5-00144f02aabc.shtml](http://www.corriere.it/politica/09_marzo_19/gelmini_corsi_pensionamenti_dc0d4a44-1475-11de-9dd5-00144f02aabc.shtml)> Acesso em: 29 nov. 2009.

De VECCHIS, G. **A scuola senza Geografia?** Ambiente, Società, Territorio, Geografia nelle Scuole. Anno LV (X) n. 2 marzo/aprile 2010. Disponível em [http://www.aiig.it/Rivista/Numeri/2010/N02/02\\_editoriale.pdf](http://www.aiig.it/Rivista/Numeri/2010/N02/02_editoriale.pdf). Acesso em: 11 Nov.2010.

GAZZETTA UFFICIALE. **Lei 19 novembro de 1990, nº 341.** *Dispone sulla riforma degli ordinamenti didattici universitari.* Publicada em 23 novembro 1990. nº 274.

\_\_\_\_ **Decreto Ministerial nº 509, 03 novembro di 1999.** *Regolamento recante norme concernenti l'autonomia didattica degli atenei.* Publicada em 04 Jan. 2000. nº 2.

\_\_\_\_ **Decreto-lei nº 112, 25 junho de 2008.** *Disposizioni urgenti per lo sviluppo economico, la semplificazione, la competitività, la stabilizzazione della finanza pubblica e la perequazione Tributaria.* Publicada em 25 junho 2008. nº 147.

\_\_\_\_ **Lei nº 133, 6 agosto 2008.** *"Conversione in legge, con modificazioni, del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, recante disposizioni urgenti per lo sviluppo economico, la semplificazione, la competitività, la stabilizzazione della finanza pubblica e la perequazione tributaria."* Publicada em 21 agosto 2008, n. 195- Suppl. Ordinario n. 196.

\_\_\_\_ **Decreto-lei nº 137, 01 setembro 2008.** *Disposizioni urgenti in materia di istruzione e università.* Publicada em 01 setembro 2008. nº 204. ITÁLIA. **Decretos Ministeriais nº 39/1998, 354/1998 e 22/2005.** Dispõem sobre os ordenamentos das classes de concurso e cátedras e locais de ensinamento. Disponível em <[http://www.pubblica.istruzione.it/normativa/2005/allegati/all\\_dm22.pdf](http://www.pubblica.istruzione.it/normativa/2005/allegati/all_dm22.pdf)> Acesso em: 30 jul. 2007.

\_\_\_\_ **Lei nº 01 de 11 janeiro de 2007.** Dispõe sobre os exames de estado conclusivos dos cursos de instrução secundária superior e delega ao governo a conexão entre as escolas e universidades. Disponível em <<http://www.istruzione.it/argomenti/esamedistato/home.html>> Acesso em: 30 jul. 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO ITALIANO. **Dados estatísticos do ano escolar 2004/2005.** Disponível em <<http://www.miur.it>> Acesso em: 30 jul. 2007.

PATCHI. **Università: le proposte del ministro Gelmini per la riforma.** In *Formazione, In Evidenza, Politica.* (foto) Publicada em 23 de março de 2009. Disponível em: <<http://www.haisentito.it/articolo/universita-le-proposte-del-ministro-gelmini-per-la-riforma/14102/>>

PELLEGRINI G. CORNA., **Cultural geography, geo-politics and cognitive imagination.** Home of Geography. Rome, Villa Celimontana, December 12-14, 2005 Disponível em: <<http://www.homeofgeography.org/fr/%C3%A9v%C3%A9nements%202005/C&Cdic05/Corna%20Pellegrini.doc>> Acesso em: 11 November 2010.

VALUSSI, G. **Atti del XXIII Congresso Geográfico Italiano.** vol III. Catânia, !983.